

FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO (FNPJ)
XIV ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO
X CICLO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE JORNALISMO
MODALIDADE DE TRABALHO: COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA
GRUPO DE PESQUISA: Ensino de ética e teorias do jornalismo

IMPrensa CENSURADA: O controle da informação nas eleições tocantinenses em 2010¹

Rose Mara Vidal de Souza²
Malena Araujo Mota³

A liberdade de imprensa não faz seu poder sentir-se apenas sobre as opiniões políticas, mas também sobre todas as opiniões dos homens. Ela não modifica apenas as leis, mas os costumes"(TOCQUEVILLE, 1998: 207).

Resumo

Este trabalho tem como objetivo focar a questão da censura nas eleições. Será analisado o caso do pleito de 2010 para governador do Estado do Tocantins. Usaremos como referencial teórico autores como Sergei Tchakotine, Sérgio Mattos, Adolpho Queiroz, Alexis de Tocqueville, A. Costela, entre outros. A metodologia usada foi qualitativa, utilizando as técnicas do estudo de caso. Concluímos que a censura no Tocantins resgata a má utilização do poder político frente a campanhas eleitorais, onde a informação dos cidadãos e denúncia dos meios de comunicação emerge como ferramenta de combate a esta chaga social.

Palavras-Chave: Tocantins; Eleições; Censura; Política

Censura no Brasil

A censura no Brasil não é novidade. Lage (1985, p. 55) define censura como “limitação do fluxo de informações não determinada pela capacidade do sistema”. Ele ainda explica que a censura pode ser introjetada em estruturas inconscientes, imposta por controle social, pela classe ou grupo dominante. A censura é sentida como privação

¹ Trabalho apresentado ao XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, no GT 3 – Comunicación Política y Medios.

² Mestre em comunicação Social, MBA em Marketing Político e Jornalista. Pesquisadora Assistente da Cátedra da Unesco /Umesp. Professora Substituta UFU. rosevidal@yahoo.com.br

³ Mestranda pela Umesp, MBA em Marketing Político e Jornalista. malenamotta@hotmail.com

de liberdade quando não se justifica pelos valores do codificador ou usuário. “Quanto as notícias, tem-se demonstrado que a censura não elimina o fato cuja divulgação proíbe, nem impede que ele se repita ou tenha consequências, quando é determinado por estruturas sociais. No máximo, pode protelar o processo” (LAGE, 1985, p. 55).

Para entender melhor como se desenvolveu a censura no Brasil vamos fazer um breve histórico do assunto. De acordo com Costella (1970) já em 1547, o cardeal dom Henrique proibia sete autos de Gil Vicente. Em 1746, Antonio Isidoro da Fonseca inaugurou no Rio de Janeiro uma tipografia que foi fechada no ano seguinte pela Carta Régia de 10 de maio, que proibia a impressão de livros e papéis avulsos da colônia. A consequência deste ato foi a inexistência de órgãos de imprensa no Brasil colônia. Esta situação mudou apenas com a chegada de Dom João e a imprensa Régia, que possuía censores régios. Ainda no mesmo ano, em 1808, era proibida a entrada de livros sem a autorização do governo. A censura era tão radical que a Gazeta do Rio de Janeiro no dia 10 de setembro só publicou notícias da Europa. Ainda em 1808 foi fundado por Hipólito da Costa, o jornal Correio Braziliense (1808-1922) como era editado em Londres não sofreu censura da corte portuguesa.

Somente em 25 de março de 1824, com a outorga da Constituição, Dom Pedro I acabou com a censura prévia. No entanto, Sodré (1997) afirma que a censura só foi abolida em 1927. Após este período foram várias idas e vindas da censura no Brasil. Até que a Constituição de 16 de julho de 1934 instituiu o direito de resposta. Porém o presidente Getúlio Vargas baixou um Decreto dias antes da promulgação deste ato:

[...] Getúlio Vargas baixou o Decreto 24.776, instituindo a Nova Lei de Imprensa, pela qual (artigo 6º) a polícia poderia apreender veículos de comunicação independentemente de mandato judicial. Em 4 de abril de 1935, foi promulgado a Lei 38, que regulamentava os dispositivos constitucionais sobre propaganda de guerra. No dia 11 de setembro de 1936, por meio da Lei 244, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional. A Constituição de 1937, promulgada em 10 de novembro, estabeleceu, no artigo 122, a censura prévia aos veículos de comunicação para assegurar a ‘paz, a ordem e a segurança’ (MATTOS, 2005, p. 104).

Mas ainda não era o limite da censura, no Estado Novo (1937-1945), ainda sob o comando de Vargas, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). De acordo com Lage (1980), apenas o DIP poderia emitir o registro de funcionamento das empresas jornalísticas brasileiras. Assim mais de 346 revistas e 420 jornais não puderam circular na época.

Censura assim só foi vista anos mais tarde, quando o Brasil viveu sob regime da ditadura militar. Foram vários atos institucionais que suspendiam direitos políticos, culturais e sociais. Segundo Skidmore (1982), em 1967, o então presidente da República, Castelo Branco, chegou a lançar uma nova Lei de Imprensa que admitia apreensão de revistas e jornais pelo Ministério da Justiça. Somente em 1988, com a nova Constituição foi extinta a prática da censura e o antigo serviço de Censura da Política Federal.

Dois anos mais tarde, foi estabelecido pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, os critérios para a atividade classificatória. A imprensa reclamou, porém esta mesma prática era utilizada em diversos países. “Apesar das garantias dadas pela Constituição de 1988 e das afirmações do presidente Lula, membros da ANJ que participaram do 5º Congresso Brasileiro de Jornais, realizado também em setembro de 2004, em São Paulo, denunciaram que persistem as pressões, ameaças e violências contra jornais e jornalistas” (MATTOS, 2005, p.130).

Tocantins

Tocantins é o mais novo estado da Federação. Antigo norte do Estado de Goiás, o Tocantins foi criado pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988. No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado, feita nos moldes da Constituição Federal. Foram criados mais 44 municípios além dos 79 já existentes. Atualmente, o Estado possui 139 municípios, tendo como capital a cidade de Palmas (BARROS, 1996, p. 12-17).

Após a criação do estado do Tocantins, foi eleito o primeiro governador do estado, e que hoje se encontra no seu oitavo representante conforme mostramos no quadro abaixo:

Quadro1 – Lista de Governadores do Tocantins

nº	Nome	início do mandato	fim do mandato	Observação
1	José Wilson Siqueira Campos	1 de janeiro de 1989	15 de março de 1991	<i>governador eleito</i>
2	Moisés Nogueira Avelino	15 de março de 1991	1 de janeiro de 1995	<i>governador eleito</i>
3	José Wilson Siqueira Campos	1 de janeiro de 1995	4 de abril de 1998	<i>governador eleito</i>

4	Raimundo Nonato Pires dos Santos	4 de abril de 1998	1 de janeiro de 1999	<i>vice-governador eleito</i>
5	José Wilson Siqueira Campos	1 de janeiro de 1999	1 de janeiro de 2003	<i>governador eleito</i>
6	Marcelo de Carvalho Miranda	1 de janeiro de 2003	1 de janeiro de 2007	<i>governador eleito</i>
-	Marcelo de Carvalho Miranda	1 de janeiro de 2007	8 de setembro de 2009	<i>governador reeleito, cassado</i>
7	Carlos Henrique Amorim	9 de setembro de 2009	1 de janeiro de 2011	<i>governador eleito indiretamente</i>
8	José Wilson Siqueira Campos	1 de janeiro de 2011	<i>até atualidade</i>	<i>governador eleito</i>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Os primeiros representantes tocantinenses foram eleitos em 15 de novembro de 1988, eleição realizada ainda pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Além do governador e de seu vice, foram escolhidos os senadores e deputados federais e estaduais, e também, os prefeitos municipais.

A cidade de Miracema do Norte, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como Capital provisória. No dia 1º de janeiro de 1989, foi instalado o Estado do Tocantins e empossado o governador, José Wilson Siqueira Campos, o vice, Darci Martins Coelho, os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya, juntamente com oito deputados federais e 24 estaduais (Governo do Estado).

No ano de 1990, o estado do Tocantins teve sua primeira eleição direta, vencendo Moisés Avelino no segundo turno do pleito quando derrotou o senador Moisés Abraão do PDC que contava com o apoio do então governador Siqueira Campos. Em 1998 disputou novamente o cargo de Governador sendo derrotado exatamente por Campos.

Siqueira Campos assume novamente o governo do Estado em 15 de janeiro de 1991, e para concorrer nas próximas eleições, Campos, por um breve período (04/04/1998 a 04/01/1999) passa o governo ao seu vice Raimundo Nonato Pires (Raimundo Boi). Em 1999, Siqueira Campos reassume o governo do Estado como governador reeleito até dezembro de 2002. Nas eleições de 2003 apóia o candidato Marcelo Miranda (PFL), que vence as eleições e governa até dezembro de 2006.

Marcelo Miranda após vencer as eleições rompe o acordo com o ex-governador Siqueira Campos, tornado seu principal adversário político nas seguintes eleições para governo do estado.

Reeleito Miranda é reconduzido ao governo do estado, no entanto, não completa seu mandato, acusado de fraude e compra de votos na campanha a reeleição, em setembro de 2009, é julgado e cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 9 de setembro de 2009, assume em caráter provisório o governo do Tocantins, o então presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, Carlos Henrique Amorim (Gaguim). Por meio de eleição indireta na Assembleia Legislativa do estado do Tocantins, Carlos Henrique Amorim (Gaguim), é eleito governador do Tocantins até dezembro 2010.

Eleições 2010

Após duas derrotas consecutivas, o ex-governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos-PSDB retornou a cena política para disputar o cargo de governador do Tocantins, desta vez tendo como principal adversário político o então governador Carlos Henrique Amorim-PMDB (Gaguim).

Nas primeiras pesquisas de opinião pública o então governador “Gaguim” aparece sempre à frente do adversário Siqueira Campos. Gaguim se destaca no cenário eleitoral por ser um candidato jovem, em detrimento ao seu adversário, que com idade avançada (82 anos), aparece nos primeiros debates eleitorais com fisionomia cansada e pouco paciente para os embates políticos.

Esta simbologia da juventude atrelada a competência das atividades desenvolvidas políticas submerge a questão das formas de poderes, descrita por Thompson (2008). De acordo com este autor, a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao poder que ele possui. No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar seus próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências.

Tabela 1.1 Formas de poder

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p. ex. empresas comerciais)
Poder política	Autoridade	Instituto políticas

		(p.ex. estados)
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também, instituições carcerárias, etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p.ex. a Igreja, escolas e universidades, as indústrias da mídia, etc.)

Fonte: THOMPSON, J. B. - A mídia e a modernidade – p. 25

Gaguim utilizou o poder simbólico (mídias) que eterniza a juventude em comerciais, programas de TV, filmes, músicas, etc para desconstruir a imagem de Siqueira Campos. Ele como jovem teria mais força e vitalidade para validar suas promessas de campanha, ao contrário de um senhor de 82 anos que já teve vários problemas de saúde.

A campanha seguiu neste ritmo favorável ao candidato do PMDB até duas semanas antes da votação. Na reta final do pleito um dos principais fatores que contribuíram para a derrota do candidato a reeleição “Gaguim”, foi o início de uma série de reportagens que denunciavam suposto desvio de dinheiro público no seu Governo, que originou a matéria no site do jornal “O Estado de São Paulo”, intitulado “Polícia prende oito por fraude em licitações”, em 18 de setembro de 2010.

De acordo com a matéria, Gaguim estava envolvido com um grupo de empresários suspeitos de desviar dinheiro de contratos com prefeituras de São Paulo e Tocantins. Segundo um relatório do Ministério Público de São Paulo, o esquema apontou fraudes em licitações que atingem R\$ 615 milhões. Na ocasião, oito suspeitos foram presos, entre eles o empresário José Carlos Cepera e o lobista Maurício Manduca, amigos e aliados do então governador.

Após o conhecimento do teor do texto do jornal “O estado de São Paulo”, outros veículos de comunicação, tanto de São Paulo, como vários outros no estado do Tocantins reproduziram seu conteúdo jornalístico. A oposição aproveitando a ocasião e

os fatos, utilizou o material no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)⁴, principalmente a matéria da afiliada da TV Globo no Tocantins (TV Anhanguera). “...o significado de uma mensagem transmitida pela mídia não é um fenômeno estático, permanentemente fixo e transparente para todos. Antes, o significado ou o sentido de uma mensagem deve ser visto como um fenômeno complexo e mutável, continuamente renovado e, até certo ponto transformado, pelo próprio processo de recepção, interpretação e reinterpretação” (THOMPSON, 2008,p.44). Assim o mesmo material pode tomar vários significados. A recepção do eleitor que viu a matéria no telejornal local não será a mesma do eleitor que viu no HGPE, isto porque o contexto da matéria é modificado para atender os reais objetivos de cada programa.

A matéria da TV Anhanguera que foi ao ar no formato de “nota”⁵ foi utilizado exaustivamente tanto nos HGPEs, quanto nas inserções diárias nos intervalos comerciais. Fato este que levou a TV Anhanguera elaborar uma outra nota, desta vez de desculpas, que foi veiculada em horário nobre (telejornal noturno). O texto continha pedido formal de desculpas:

“A TV Anhanguera errou ao noticiar no último sábado que o governador Carlos Gaguim teria sido flagrado num hotel em São Paulo com homens envolvidos num esquema de fraudes em licitações públicas”.

A reportagem publicada no site do Estadão, de São Paulo, que foi base para a notícia, diz apenas que o nome do governador teria sido mencionado em ligações telefônicas entre os acusados. A escuta teria sido autorizada pela justiça. Em nota, o Ministério Público de São Paulo não confirmou o nome do governador e disse que vários agentes públicos e servidores foram mencionados nas conversas, mas não divulgou nomes. No encerramento do Jornal Anhanguera 2ª edição desta segunda-feira, a emissora assumiu o erro e pediu desculpas pela falha (Jornal do Tocantins, 2010).

Após este fato, a matéria da denúncia ganha mais destaque quando é publicada na edição da revista Veja nº 39 de 29 de setembro de 2010, nas páginas 82 e 83. Segundo denúncia da oposição, houve até uma suposta tentativa de impedir a revista de ser distribuída no estado do Tocantins. A chegada da revista no estado foi acompanhada por representantes do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Nesta etapa

⁴ As emissoras de rádio e TV têm a obrigação de reservar um horário específico para o cumprimento da propaganda eleitoral gratuita, que será dividido entre os candidatos de cada partido, observados alguns critérios da lei. Contudo o horário gratuito não se resume apenas nesse período. As emissoras deverão, ainda, reservar um período de 30 (trinta) minutos dentro de sua programação normal para pequenas inserções de propaganda eleitoral, cada uma de, no máximo, 60 (sessenta) segundos.

⁵ Formato televisivo onde apenas o âncora narra um pequeno texto.

observa-se outra forma de poder descrita por Thompson: o poder coercitivo. Nele se implica o uso, ou ameaça, da força física para subjugar ou conquistar um oponente. Historicamente as instituições mais importantes acumuladoras de recursos deste tipo são as instituições militares, e a forma importante de poder coercitivo é o poder militar (THOMPSON, 2008, p.23).

De posse da matéria veiculada em revista de circulação nacional, a oposição tratou de intensificar mais ainda as inserções nas TVs locais, utilizou até carro de som, e distribuição de cópias coloridas nas principais avenidas da Capital do Tocantins, Palmas.

Observa-se aí que num cenário de disputa eleitoral, teoricamente, os HGPEs e todos os outros instrumentos oferecidos aos partidos seriam para apresentar as plataformas de governo em prol da sociedade, no entanto as instituições políticas investem dinheiro e táticas para aproveitar ao máximo esse tempo, aliando-se a grandes produtores e especialistas em imagem e política para, assim, estruturar um espetáculo político a ser apresentado nos lares dos eleitores.

Peter Burke (1994) em seu livro “A fabricação do rei”, explica o funcionamento da máquina de propaganda de Luis XIV, que foi surpreendente para sua época (século XVII). Burke narra como a construção da imagem pública é oriunda da junção da arte e do poder para aquele rei e da manipulação dos canais de comunicação (oral, visual e escrito) e seus códigos (literários e artísticos), além do público alvo e sua reação a tal massacre publicitário. “As grandes somas de dinheiro e os cuidados empregados na fabricação da imagem pública de Luís XIV o transformaram numa criatura dotada de poderes divinos” (BURKE, 1994, p. 21). A propaganda política fomentou o imaginário coletivo que o “Rei Sol” ocupa até hoje. Assim a propaganda política, do então candidato a governo do Estado, Siqueira Campos (PSDB), utilizou o escândalo político como mola propulsora para a vitória nas eleições de 2010 no Tocantins, solidificando assim o imaginário coletivo do salvador da pátria, assumindo o arquétipo⁶ de herói que desmascara o vilão (no caso Gaguim - PMDB).

O candidato da situação, Carlos Gaguim, tenta impedir que os meios de comunicação continue a veicular matérias relativa às supostas denúncias de corrupção. Gaguim então consegue no Tribunal Regional Eleitoral, por meio do desembargador

⁶ Jung considera arquétipo como uma espécie de fôrma, algo que trazemos desde o útero materno. Essas “fôrmas” são usadas para desenvolver nossa psique. Para Jung (2008, p.13-14), as “imagens primordiais” se originam de uma repetição constante de uma mesma experiência durante gerações e tendem a produzir a repetição e a elaboração dessas mesmas experiências em cada geração.

Liberato Póvoa, liminar proibindo todos os veículos de comunicação, não só do estado do Tocantins, mas de todo o Brasil, de publicar matérias que venham a abordar este tema. Então o candidato ganha legalmente por quatro dias o direito de impor censura ao Estado e a outros 83 veículos de comunicação do Tocantins, impedindo-os de publicar informações sobre o suposto esquema de desvio de dinheiro do governo estadual (DOMINGOS, 2010, online).

Num país em que reina ostensivamente o dogma da soberania do povo, a censura não é apenas um perigo, mas um grande absurdo. Quando se concede a cada qual um direito de governar a sociedade, cumpre reconhecer-lhe a capacidade de escolher entre as diferentes opiniões que agitam seus contemporâneos e apreciar os diferentes feitos cujo conhecimento pode guiá-lo. A soberania do povo e a liberdade de imprensa são, pois, duas coisas inteiramente correlativas. A censura e o voto universal são, ao contrário, duas coisas que se contradizem e não se podem encontrar por muito tempo nas instituições políticas de um mesmo povo. (TOCQUEVILLE, 1977: 141).

O fato ganha repercussão nacional, e, é comparado aos tempos de ditadura militar, principalmente com o Ato Institucional nº 5 (AI 5). Os desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), reúnem-se em caráter de urgência, e por unanimidade resolvem cassar a liminar do desembargador Liberato Póvoa.

Os eleitores que ainda desconheciam a denúncia, após a repercussão nacional, procuraram informa-se sobre o caso. As primeiras pesquisas de opinião pública no Tocantins apontavam o candidato governista (Gaguim) a frente do candidato de oposição Siqueira Campos. Após a divulgação do possível esquema de corrupção, o candidato Gaguim foi aos poucos perdendo pontos nas pesquisas de opinião pública, como mostra matéria intitulada “Ibope: após denúncias no TO, Gaguim cai e Campos cresce”, escrita pelo jornalista Eduardo Lobo no portal Terra, em 29 de setembro de 2010.

O candidato ao governo do Tocantins, Siqueira Campos (PSDB) apareceu com 11 pontos à frente do governador e candidato a reeleição Carlos Gaguim (PMDB) na quarta rodada da pesquisa Ibope divulgada pela TV Anhanguera na noite desta quarta-feira (29). Já Gaguim caiu 6 pontos, de 44% para 38%. O crescimento de Campos de 42% para 49% ocorreu após as denúncias de suposto envolvimento de seu adversário com lobistas acusados de fraudarem licitações. A pesquisa foi realizada entre os dias 26 e 28 de setembro com 812 eleitores. Das pesquisas já realizadas no Estado, Gaguim teve 20% das intenções de votos no dia

23 de junho subindo para 35% em 31 de julho e 39% em 24 de agosto. Na rodada seguinte, no dia 21 de setembro, o candidato subiu para 44% e agora caiu para 38%. Em pesquisa datada de 23 de junho, e contratada pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon), Campos figurava na disputa com 23%. Logo após, em 31 de julho subiu 11 pontos, indo a 34% e caiu a 32% em 24 de agosto, 42% em 21 de setembro. Agora cresceu para 49%. A última pesquisa do instituto Ibope deve ser divulgada neste sábado. A pesquisa foi registrada sob o número 33253/2010 no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e a margem de erro é três pontos percentuais (LOBO, 2010, online).

Após toda esta super-exposição na mídia, o candidato “Gaguim”, acabou perdendo as eleições com menos de 1% dos votos válidos, ou seja, o ex-governador Siqueira Campos (PSDB) venceu a eleição para governador do Tocantins, com 50,52% dos votos, contra os 49,84% conseguidos pelo governador Carlos Gaguim (PMDB).

Gaguim atribuiu sua derrota a super exposição das matérias sobre o suposto esquema das licitações, que segundo ele, são caluniosas, e também a pesquisas fraudadas. Como exemplifica a matéria “Em disputa acirrada, Siqueira Campos vence eleição”, publicada no portal do jornal “O Estado de S. Paulo”:

Siqueira Campos baseou sua campanha no combate à corrupção e na volta de um projeto que, na definição dele mesmo, representa o crescimento de um Estado investidor. [...] Gaguim buscou sempre se identificar com o funcionalismo público, para o qual prometeu aumentos substanciais de salários na tentativa de permanecer à frente do governo, cargo que ocupa há 11 meses, em substituição a Marcelo Miranda (PMDB), cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso do poder econômico. Apesar de retirado do governo do Estado, Miranda se candidatou ao Senado e conseguiu se eleger, com 25,41% dos votos. A outra vaga para o Senado ficou com João Ribeiro (PR), que conseguiu 27,96% dos votos. Sem emprego. As promessas feitas por Gaguim não foram à toa. Afinal, 21 mil servidores públicos do Tocantins são comissionados, que temem perder o emprego. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o governo tem um ano para substituir todos os cargos comissionados por servidores concursados. Com tudo isso, Siqueira Campos acabou conseguindo trocar de lugar com Carlos Gaguim. (DOMINGOS, 2010, on line).

A população ao mudar sua opinião e eleger Siqueira Campos (PSDB) demonstrou que os indivíduos, em todas as circunstâncias, são limitados por dois conjuntos de restrições. Que segundo Bauman (2000) é definido pela *agenda de opções* e *código de escolha*. Na agenda de opções há o conjunto de alternativas efetivamente disponíveis. No caso da eleição de 2010 no Tocantins existiam dois candidatos com propostas que não despertavam novidade para os eleitores, porém a bandeira do

candidato Gaguim (PMDB) era de melhorar a qualidade do funcionalismo público⁷ no Estado, angariando assim percentual considerável de votos válidos (vide nota pé 7). A este fato reforça-se que ainda segundo Bauman toda opção implica escolher uma coisa dentre outras e raramente o conjunto de coisas a escolher depende daquele que escolhe.

A outra situação foi quando o então candidato Siqueira Campo (PSDB) aproveitou-se da denúncia do esquema fraudulento de licitações onde um dos acusados era seu oponente, Gaguim (PMDB), denúncia esta divulgada primeiramente pela mídia nacional e depois local. A partir deste cenário os eleitores tiveram um novo ingrediente para ponderar suas escolhas, neste caso segue o segundo conjunto de restrições, descrito por Bauman (2000). “Outro conjunto de restrições é definido pelo *código de escolha*: as regras que indicam com base em que se deve preferir uma coisa a outras e quando a escolha é adequada ou não. Os dois conjuntos de restrições criam o quadro em que opera a liberdade de opção individual” (BAUMAN, 2000, p. 78/79).

Considerações Finais

A censura permeia o espaço político como uma ameaça pronta a explodir no seio da sociedade. O que aconteceu no estado do Tocantins, nas eleições para governador do estado em 2010 ilustra esta problemática. Oriunda da busca incensante pelo poder, políticos e partidos utilizam de todo aparato de estratégias legais ou não para conseguir seus objetivos. Quando esgotam-se as ferramentas de estratégias da propaganda política entram em cena as de coersão.

Como vimos o mau exemplo do candidato Gaguim (PMDB) e sua tentativa frustrada de censurar os meios de comunicação locais. A censura é mais que uma afronta aos direitos dos cidadãos, é um absurdo sem perdão. Vale ressaltar ainda neste artigo o papel dos HGPEs, que ao invés de levar propostas dos candidatos aos eleitores, se tornou um campo de ataque de ofensas pessoais.

A denúncia e o alerta da comunidade e dos meios de comunicação ainda são a melhor maneira de combater esta ferida social chamada censura. Estar atentos a movimentação da política em que vivemos é sinônimo de estarmos cumprindo nosso papel como cidadãos.

⁷ Atualmente são 21 mil funcionários públicos comissionado no Estado, levando em conta que a população do estado 1.383.456 habitantes e 948.920 eleitores. No total são 112.632 mil funcionários públicos, deste 56.465 são efetivos do Estado (IPEA).

Referências Bibliográficas:

- BARROS, Otávio. **Breve História do Tocantins**, 1º edição, FIETO, Araguaína, 1996
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei** – A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.: 1994.
- COSTELA, Antônio F. **O Contrôlo da informação**: Evolução Histórica da Legislação Brasileira de Imprensa. Petrópolis: Vozes, 1970.
- DOMINGOS, João. **Em disputa acirrada, Siqueira Campos vence eleição** in Portal Estadão. 2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101004/not_imp619927,0.php>. Acesso em 20 de maio de 2010.
- LAGE, Nilson. “**Cinco séculos de censura**” in Histórias de Jornais. Rio de Janeiro, Oto Pierre Editores., 1980.
- _____. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 1985.
- LOBO, Eduardo. **Ibope**: após denúncias no TO, Gaguim cai e Campos cresce in Portal Terra. São Paulo: 2010. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4708378-EI15314,00-Ibope+apos+denuncias+no+TO+Gaguim+cai+e+Campos+cresce.html>> . Acesso em 18 de maio de 2011.
- JORNAL DO TOCANTINS, TV Anhanguera esclarece informação emissora assumiu o erro e pediu desculpa pela falha. Disponível em <http://www.tocantinsbrasil.info/2010/09/tv-anhanguera-esclarece-informacao_8843.html>. Acesso em 20 de maio de 2011.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MACEDO Fausto, TAVARES Bruno e GODOY. **Marcelo Polícia prende oito por fraude em licitações** in Portal Estadão. Disponível em <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100918/not_imp611754,0.php>. Acesso em 18 de maio de 2011.
- MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.
- Portal Uol. Pesquisa eleitoral 2010. Disponível em <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/pesquisas-eleitorais/to.jhtm>>. Acesso em 18 de maio de 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1997.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2008.